

# Banco Randon S.A.

**Demonstrações financeiras  
consolidadas do conglomerado  
prudencial em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeira</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar  
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001  
www.kpmg.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Aos Acionistas e aos Conselheiros do  
Banco Randon S.A.  
Caxias do Sul - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 as referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

### ***Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial***

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial da instituição foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

### ***Outros assuntos***

A instituição elaborou demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 26 de fevereiro de 2018.

### ***Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas***

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa no 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Consolidadas***

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da resolução nº 4.280, CMN, e regulamentações completares do BACEN, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança



razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBCT A 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/F-7

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wladimir Omiechuk'.

Wladimir Omiechuk  
Contador CRC RS-041241/O-2

**Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial**

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<u>366.801</u>	<u>368.350</u>	<b>Circulante</b>		<u>162.690</u>	<u>209.163</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	4	<u>27.991</u>	<u>17.586</u>	<b>Depósitos</b>	12	<u>12.468</u>	<u>12.430</u>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	5	<u>43.246</u>	<u>63.673</u>	Depósitos a prazo		12.468	12.430
Carteira própria		17.092	24.511	<b>Obrigações por empréstimo</b>		<u>55.081</u>	<u>84.315</u>
Cotas de fundos de investimento		26.154	39.162	Obrigações por empréstimos e repasses	13	55.081	84.297
<b>Operações de crédito</b>		<u>230.994</u>	<u>225.292</u>	Empréstimos no país		-	18
Setor privado	6a	236.770	235.435	<b>Outras obrigações</b>		<u>95.141</u>	<u>112.418</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(5.776)	(10.143)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		160	297
<b>Outros créditos</b>		<u>64.189</u>	<u>60.959</u>	Sociais e estatutárias		4.234	23.455
Rendas a receber		864	-	Fiscais e previdenciárias	14	8.236	7.772
Recursos pendentes de recebimento	7	58.109	57.076	Outras obrigações - diversas	15	15.320	15.220
Outros créditos - diversos	8	5.216	3.883	Recursos pendentes de recebimento		58.109	57.076
<b>Outros valores e bens</b>		<u>381</u>	<u>840</u>	Recursos não procurados		9.082	8.598
Bens não de uso próprio	10	55	653	<b>Exigível a longo prazo</b>		<u>187.953</u>	<u>181.659</u>
Despesas antecipadas		326	187	<b>Depósitos</b>	12	<u>50.987</u>	<u>14.701</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>119.625</u>	<u>156.438</u>	Depósitos a prazo		50.987	14.701
<b>Operações de crédito</b>		<u>62.175</u>	<u>94.487</u>	<b>Obrigações por empréstimos</b>		<u>41.801</u>	<u>80.405</u>
Setor privado	6a	65.682	97.326	Obrigações por empréstimos e repasses	13	41.801	80.405
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(3.507)	(2.839)	<b>Outras obrigações</b>		<u>95.165</u>	<u>86.553</u>
<b>Outros créditos</b>		<u>57.266</u>	<u>61.628</u>	Outras obrigações - diversas	15	95.165	86.553
Outros créditos - diversos	8	45.894	50.120	<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<u>916</u>	<u>1.277</u>
Pagamentos a ressarcir	9	35.797	37.126	Resultado de exercícios futuros	17	916	1.277
(-) Provisão com pagamentos a ressarcir	8	(24.425)	(25.618)	<b>Participação de não controladores</b>		<u>54.150</u>	<u>52.326</u>
<b>Outros valores e bens</b>		<u>184</u>	<u>323</u>	<b>Patrimônio líquido</b>		<u>81.682</u>	<u>81.559</u>
Despesas antecipadas		150	301	Capital			
Outros valores e bens		34	22	De domiciliados no país	18a	75.000	75.000
<b>Permanente</b>		<u>965</u>	<u>1.196</u>	Reservas de lucros		6.683	6.558
<b>Investimentos</b>		<u>7</u>	<u>5</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	1
<b>Imobilizado de uso</b>		<u>551</u>	<u>584</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>487.391</u>	<u>525.984</u>
Imobilizado de uso	11	2.265	2.316				
Depreciações acumuladas		(1.714)	(1.732)				
<b>Intangível</b>		<u>407</u>	<u>607</u>				
Intangível	11	5.430	5.444				
Amortizações acumuladas		(5.023)	(4.837)				
<b>Total do ativo</b>		<u><u>487.391</u></u>	<u><u>525.984</u></u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

## Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017		2016
		2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<u>22.479</u>	<u>46.650</u>	<u>54.760</u>
Operações de crédito		20.402	41.221	46.003
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		<u>2.077</u>	<u>5.429</u>	<u>8.757</u>
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<u>(10.743)</u>	<u>(23.171)</u>	<u>(29.155)</u>
Operações de captação no mercado		(5.258)	(10.926)	(12.447)
Operações de empréstimos e repasses		(2.514)	(5.314)	(7.869)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(2.971)</u>	<u>(6.931)</u>	<u>(8.839)</u>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>11.736</u>	<u>23.479</u>	<u>25.605</u>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<u>12.240</u>	<u>24.813</u>	<u>17.202</u>
Receitas de prestação de serviços		70.215	135.641	122.152
Rendas de tarifas bancárias		595	969	489
Despesas de pessoal		(9.983)	(19.096)	(18.083)
Outras despesas administrativas	21	(43.802)	(80.940)	(67.224)
Despesas tributárias		(8.718)	(17.006)	(15.749)
Outras receitas operacionais	22	4.591	7.261	4.560
Outras despesas operacionais	22	<u>(658)</u>	<u>(2.016)</u>	<u>(8.943)</u>
<b>Resultado operacional</b>		<u>23.976</u>	<u>48.292</u>	<u>42.807</u>
<b>Resultado não operacional</b>		<u>6</u>	<u>(146)</u>	<u>(51)</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	19	<u>23.982</u>	<u>48.146</u>	<u>42.756</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(8.473)</u>	<u>(17.523)</u>	<u>(16.515)</u>
Provisão para imposto de renda	19	(6.430)	(13.196)	(12.557)
Provisão para contribuição social	19	(3.290)	(6.630)	(6.321)
Ativo fiscal diferido	19	<u>1.247</u>	<u>2.303</u>	<u>2.363</u>
<b>Lucro líquido do semestre / exercício</b>		<u>15.509</u>	<u>30.623</u>	<u>26.241</u>
<b>Atribuível à:</b>				
Controladores		<u>3.275</u>	<u>6.143</u>	<u>6.398</u>
Não controladores		<u>12.234</u>	<u>24.480</u>	<u>19.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Legal	Reserva geral de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Participação de não controladores		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016</b>	<u>75.000</u>	<u>736</u>	<u>8.894</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>84.631</u>	<u>52.327</u>	<u>136.958</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.398	6.398	19.843	26.241
Dividendos	-	-	-	-	(1.519)	(1.519)	(19.843)	(21.362)
Dividendos AGOE 26/04/2016	-	-	(7.951)	-	-	(7.951)	-	(7.951)
Destinações:								
Reserva legal	-	320	-	-	(320)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.559	-	(4.559)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>75.000</u>	<u>1.056</u>	<u>5.502</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>81.559</u>	<u>52.326</u>	<u>133.885</u>
Mutações do exercício	-	320	(3.392)	-	-	(3.072)	(1)	(3.073)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<u>75.000</u>	<u>1.056</u>	<u>5.502</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>81.559</u>	<u>52.326</u>	<u>133.885</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.143	6.143	24.480	30.623
Dividendos	-	-	-	-	(1.459)	(1.459)	(22.658)	(24.117)
Dividendos AGO 27/04/2017	-	-	(4.559)	-	-	(4.559)	-	(4.559)
Destinação:								
Reserva legal	-	307	-	-	(307)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.377	-	(4.377)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2)	-	(2)	2	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>75.000</u>	<u>1.363</u>	<u>5.320</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>81.682</u>	<u>54.150</u>	<u>135.832</u>
Mutações do exercício	-	307	(182)	(2)	-	123	1.824	1.947
<b>Saldos em 30 junho de 2017</b>	<u>75.000</u>	<u>1.199</u>	<u>943</u>	<u>1</u>	<u>2.725</u>	<u>79.868</u>	<u>64.572</u>	<u>144.440</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.275	3.275	12.234	15.509
Dividendos	-	-	-	-	(1.459)	(1.459)	(22.658)	(24.117)
Destinações:								
Reserva legal	-	164	-	-	(164)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.377	-	(4.377)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2)	-	(2)	2	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>75.000</u>	<u>1.363</u>	<u>5.320</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>81.682</u>	<u>54.150</u>	<u>135.832</u>
Mutações do semestre	-	164	4.377	(2)	(2.725)	1.814	(10.422)	(8.608)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>15.509</b>	<b>30.623</b>	<b>26.241</b>
Ajustes ao resultado:			
Constituição provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	2.971	6.931	8.839
Constituição / (Reversão) de provisão para contingências	-	161	(49)
Constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens	4	13	2
(Reversão) / Constituição de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(13)	6	-
Depreciações e amortizações	192	401	468
Despesas com provisão com comissões	1.528	1.108	(842)
Despesas com provisão com empréstimos	(2.221)	(1.193)	7.888
Despesas com provisão com investimentos	-	11	137
Despesas com reversão de outras provisões operacionais	1.891	2.187	(529)
Custo dos ativos baixados	-	5	38
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8.472	17.523	10.130
Juros sobre dívida subordinada	3.709	8.568	10.590
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>32.042</b>	<b>66.344</b>	<b>62.913</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>15.357</b>	<b>11.649</b>	<b>(32.288)</b>
Redução / (Aumento) em títulos e valores mobiliários	9.495	20.426	(3.717)
(Aumento) / Redução em operações de crédito	(7.178)	19.655	74.771
Redução / (Aumento) em outros créditos	3.307	4.621	(27.117)
Redução / (Aumento) em outros valores e bens	502	573	(412)
Aumento depósitos a prazo	30.590	36.323	9.126
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(21.387)	(67.820)	(103.821)
Aumento / (Redução) em outras obrigações	111	(1.766)	18.633
(Redução) / Aumento em resultados de exercícios futuros	(81)	(361)	249
Ajuste de avaliação patrimonial	(2)	(2)	-
<b>Impostos pagos sobre o lucro</b>	<b>(7.515)</b>	<b>(18.834)</b>	<b>(17.974)</b>
<b>Fluxo de caixa utilizado pelas atividades operacionais</b>	<b>39.884</b>	<b>59.159</b>	<b>12.651</b>
Alienação de imobilizado de uso	62	62	3
Aquisição de imobilizado de uso	(124)	(237)	(95)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(62)</b>	<b>(175)</b>	<b>(92)</b>
Dividendos pagos	(22.658)	(48.579)	(25.887)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(22.658)</b>	<b>(48.579)</b>	<b>(25.887)</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.164</b>	<b>10.405</b>	<b>(13.328)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do semestre/exercício	10.827	17.586	30.914
No fim do semestre/exercício	27.991	27.991	17.586
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>17.164</b>	<b>10.405</b>	<b>(13.328)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Administradora de Consórcio Ltda, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 16 de março de 2018.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

#### **b. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular n.º 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

#### **c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

#### **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e. Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

##### **(i) Títulos para negociação**

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

##### **(ii) Títulos disponíveis para a venda**

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e

**(iii) Títulos mantidos até o vencimento**

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**f. Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“*accrual*”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“*write-offs*”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/99 do CMN.

**g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

**h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata*” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

- i. Investimentos**  
Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.
- j. Bens não de uso próprio**  
Em alguns casos, bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor justo de mercado, e o montante é registrado em “Bens não de uso próprio”.
- k. Imobilizado de uso**  
Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.535 e Circular nº 3.817 BACEN.
- l. Intangível**  
Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software*, sistema de processamento de dados e marcas e patentes) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado ao valor de custo, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.534 e Circular n.º 3.818 BACEN.
- m. Redução ao valor recuperável de ativo**  
O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
- n. Depósitos a prazo**  
Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.
- o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:
- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
  - **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.
- São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas

possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
- p. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**  
Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia ) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.
- q. Créditos tributários, impostos e contribuições**  
As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A alíquota da contribuição social foi majorada de 15% para 20% aplicável a partir de 01 de setembro de 2015, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

- r. Resultado de exercícios futuros**  
Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.
- s. Estimativas**  
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As informações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

**t. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, caracterizando um plano misto (Nota 27) pois, conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida. Tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

**u. Outros benefícios a empregados**

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 27). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Operações compromissadas		
Até 30 dias		
Posição bancada		
Letras do tesouro nacional	27.376	16.922
Disponibilidades	615	664
Total	27.991	17.586

**5 Títulos e valores mobiliários**

	2017				2016		
	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Valores de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
<b>Títulos para negociação</b>							
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	2.804	14.288	17.092	17.093	17.092	24.511
Fundos de investimento	4.735	-	-	4.735	4.735	4.735	7.285
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	3.014	8.228	11.242	11.242	11.242	10.811
Debêntures compromissadas	-	10.177	-	10.177	10.177	10.177	21.066
Total	4.735	15.995	22.516	43.246	43.247	43.246	63.673

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos investimentos em debêntures compromissadas é correspondente aos preços dos ativos divulgados por fontes externas. O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

## 6 Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são assim sumariadas:

### a. Composição da carteira por modalidade

	2017		2016	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	36.050	11,92	39.752	11,95
Títulos descontados	16.441	5,44	9.754	2,93
Financiamentos (b)	249.961	82,64	283.255	85,12
<b>Total</b>	<b>302.452</b>	<b>100,00</b>	<b>332.761</b>	<b>100,00</b>
Circulante	236.770	78,28	235.435	70,75
Realizável a longo prazo	65.682	21,72	97.326	29,25
<b>Total</b>	<b>302.452</b>	<b>100,00</b>	<b>332.761</b>	<b>100,00</b>

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compras (*Floor Plan*).

### b. Diversificação da carteira por vencimento

	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	5.794	1,91	8.494	2,55
A vencer:				
Até 90 dias	175.265	57,95	138.463	41,61
De 91 até 360 dias	55.711	18,42	88.478	26,59
Acima de 361 dias	65.682	21,72	97.326	29,25
<b>Total</b>	<b>296.658</b>	<b>98,09</b>	<b>324.267</b>	<b>97,45</b>
<b>Total</b>	<b>302.452</b>	<b>100,00</b>	<b>332.761</b>	<b>100,00</b>
Circulante	(5.776)	62,22	(10.143)	78,13
Realizável a longo prazo	(3.507)	37,78	(2.839)	21,87
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.283)	100,00	(12.982)	100,00
<b>Total da carteira líquida</b>	<b>293.169</b>		<b>319.779</b>	

**c. Diversificação da carteira por nível de concentração**

	2017		2016	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	18.210	6,02	12.675	3,81
20 maiores devedores seguintes	106.076	35,07	99.720	29,97
Demais devedores	178.166	58,91	220.366	66,22
<b>Total</b>	<b>302.452</b>	<b>100,00</b>	<b>332.761</b>	<b>100,00</b>

**d. Composição da carteira por nível de risco**

Nível de risco	Percentual de provisão	2017		2016	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	-	-	2.782	-
A	0,50%	169.712	849	213.215	1.066
B	1,00%	78.527	785	56.932	569
C	3,00%	19.806	594	37.980	1.139
D	10,00%	26.724	2.672	4.580	458
E	30,00%	2.431	730	6.626	1.988
F	50,00%	1.624	812	4.944	2.472
G	70,00%	2.622	1.835	1.373	961
H	100,00%	1.006	1.006	4.329	4.329
<b>Total</b>		<b>302.452</b>	<b>9.283</b>	<b>332.761</b>	<b>12.982</b>

**Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2017		2016
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	12.682	13.006	(7.840)
Constituição de provisão	8.822	24.766	20.687
Reversão de provisão	(5.851)	(17.835)	(11.848)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(6.370)	(10.654)	(3.673)
<b>Saldo final</b>	<b>9.283</b>	<b>9.283</b>	<b>(13.006)</b>

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na nota 3.f.

**e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador**

	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	246.871	81,62	308.465	92,70
Operações pós-fixadas	55.581	18,38	24.296	7,30
<b>Total</b>	<b>302.452</b>	<b>100,00</b>	<b>332.761</b>	<b>100,00</b>

**f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente**

	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	21.022	6,95	19.219	5,78
Comércio	141.191	46,68	127.896	38,43
Serviços	139.699	46,19	184.759	55,52
Pessoa jurídica	301.912	99,82	331.874	99,73
Pessoa física	540	0,18	887	0,27
Total	302.452	100,00	332.761	100,00

**g.** No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 1.781 (R\$ 1.944 em 2016).

**h.** No semestre findo em 31 de dezembro de 2017 foram renegociadas operações no total de R\$ 17.369 (R\$ 14.090 em 2016). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram renegociadas o equivalente a R\$ 30.516 (R\$ 31.902 em 2016).

**7 Recursos pendentes de recebimento - Randon Administradora de Consórcios**

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/2009, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

**8 Outros créditos - diversos**

	2017	2016
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 19)	19.413	17.111
Adiantamentos diversos (a)	-	29
Devedores diversos	795	782
Direitos por adiantamentos a terceiros (b)	-	1.686
Depósitos judiciais	163	19
Adiantamentos e antecipações salariais	170	188
Títulos e créditos a receber (c)	25	-
Empréstimos a grupos encerrados (d)	30.378	34.188
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (d)	(24.425)	(25.618)
Impostos a compensar	166	-
Total	26.685	28.385
(-) Circulante	(5.216)	(3.883)
Total realizável a longo prazo	21.469	24.502

(a) O valor de adiantamentos diversos refere-se a adiantamento de viagens e adiantamento a fornecedores.

(b) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular nº 3.047/02 do Banco Central do Brasil, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. Valor também é apresentado na nota explicativa nº 15 (Outras obrigações - diversas).

- (c) Os valores de títulos e créditos a receber referem-se a cotas de consórcios advindas de acordo para liquidação de dívida de cliente, líquidos de provisão para perdas.
- (d) Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos através da análise da situação financeira dos grupos tomadores.

## 9 Pagamentos a ressarcir - Randon Administradora de Consórcios

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	2017	2016
Bens imóveis	10.076	9.969
Bens móveis	<u>25.721</u>	<u>27.157</u>
Total	<u>35.797</u>	<u>37.126</u>

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

## 10 Bens não de uso próprio

	<u>2017</u>			<u>2016</u>
	Custo	Provisão para desvalorização	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Veículos e afins	-	-	-	170
Outros	<u>70</u>	<u>(15)</u>	<u>55</u>	<u>483</u>
Total	<u>70</u>	<u>(15)</u>	<u>55</u>	<u>653</u>

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

## 11 Imobilizado de uso e intangível

	2017			2016	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais médias de depreciação %
<b>Imobilizado de uso</b>					
Móveis e utensílios e instalações	937	(750)	187	211	9 a 15,5
Equipamentos de informática	1.238	(888)	350	249	4 a 35,7
Sistemas de transporte	52	(51)	1	107	5
Outras imobilizações	38	(25)	13	17	19,5 a 25,2
<b>Total</b>	<b>2.265</b>	<b>(1.714)</b>	<b>551</b>	<b>584</b>	
<b>Intangível</b>					
Sistemas de processamento de dados	5.126	(4.758)	368	541	6
Marcas e patentes	11	-	11	11	-
Software e licença de uso	293	(265)	28	55	49,3
<b>Total</b>	<b>5.430</b>	<b>(5.023)</b>	<b>407</b>	<b>607</b>	
<b>Total imobilizado de uso e intangível</b>	<b>7.695</b>	<b>(6.737)</b>	<b>958</b>	<b>1.191</b>	

## 12 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 35% a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2017						
	Circulante	Exigível a longo prazo				Total	Total
		Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Depósitos a prazo	12.468	49.983	-	1.004	50.987	63.455	
<b>Total</b>	<b>12.468</b>	<b>49.983</b>	<b>-</b>	<b>1.004</b>	<b>50.987</b>	<b>63.455</b>	
	2016						
	Circulante	Exigível a longo prazo				Total	Total
		Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Depósitos a prazo	12.430	11.902	2.799	-	14.701	27.131	
<b>Total</b>	<b>12.430</b>	<b>11.902</b>	<b>2.799</b>	<b>-</b>	<b>14.701</b>	<b>27.131</b>	

### 13 Obrigações por empréstimos e repasses

	2017				
	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total circulante	Acima de 12 meses	Total
Repasses no país - Finame	<u>16.028</u>	<u>39.053</u>	<u>55.081</u>	<u>41.801</u>	<u>96.882</u>
Total	<u>16.028</u>	<u>39.053</u>	<u>55.081</u>	<u>41.801</u>	<u>96.882</u>
	2016				
	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total circulante	Acima de 12 meses	Total
Repasses no país - Finame	<u>23.408</u>	<u>60.889</u>	<u>84.297</u>	<u>80.405</u>	<u>164.702</u>
Total	<u>23.408</u>	<u>60.889</u>	<u>84.297</u>	<u>80.405</u>	<u>164.702</u>

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2022. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 7,9% a.a. a 11,00% a.a., com as variações do indexador TJLP, (b) nas operações pós-fixadas de 9,38% a.a., com as variações do indexador SELIC e, (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a..

### 14 Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.504	5.191
Impostos e contribuições a recolher	<u>2.732</u>	<u>2.581</u>
Total	<u>8.236</u>	<u>7.772</u>

## 15 Outras obrigações - diversas

	2017	2016
Circulante		
Provisões para pagamento de comissões	4.781	3.685
Saldo remanescente de grupos a pagar (b)	4.280	6.714
Salários e encargos	2.642	2.353
Provisão programa de incentivo de vendas	2.176	-
Outros débitos	701	363
Fornecedores	570	385
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	126	1
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	44	10
Provisão para fianças de liquidação duvidosa	-	24
Obrigações por adiantamentos a terceiros (c)	-	1.685
<b>Total circulante</b>	<b>15.320</b>	15.220
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	478	433
Dívida subordinada elegível a capital (d) (Nota 23)	94.687	86.120
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>95.165</b>	86.553
	<b>110.485</b>	101.773

- (a) Referem-se a outras despesas administrativas a pagar.
- (b) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nºs 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- (c) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.
- (d) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000 com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019.

## 16 Contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2017 as ações judiciais com perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

Natureza	2017		2016	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Trabalhista (*)	603	375	433	697
Tributário	-	69	-	64
Cível				
Indenizatória	-	3	-	-
Danos morais	-	-	-	50
Ordinária	-	1.822	-	10
Cautelar exibirória	1	-	1	-
<b>Total</b>	<b>604</b>	<b>2.269</b>	<b>434</b>	<b>821</b>

- (\*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

### Movimentação da provisão para passivo contingentes

	2017	2016
Saldo inicial	434	215
Constituição (reversão) de provisão	170	219
Saldo final	604	434

## 17 Resultado de exercícios futuros

	2017	2016
Comissão por financiamento (a)	916	1.257
Comissões por coobrigações a receber/carta fiança (b)	-	20
<b>Total</b>	<b>916</b>	<b>1.277</b>

- (a) As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Compror (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon.
- (b) As comissões por coobrigações a receber pagas antecipadamente, estão relacionadas a emissão de carta fiança pelo Banco à pessoa jurídica não financeira. A comissão foi calculada nos termos dos contratos emitidos.

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

### b. Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado nos Termos da Lei das Sociedades Anônimas de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição.

Em 12 de maio de 2017, foram pagos dividendos, aprovados em Assembléia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2017, relativos à data-base 31 de dezembro de 2016 e dividendos complementares.

Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	6.143	6.398
(-) Reserva legal	<u>(307)</u>	<u>(320)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>5.836</u>	<u>6.078</u>
Dividendos limitados a 25% da base	<u>1.459</u>	<u>1.519</u>

### c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2017 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. Conforme regulamentado na Circular n.º 1273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 31 de dezembro de 2017.

### d. Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

## 19 Imposto de renda e contribuição social

### a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para imposto de renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre).

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>23.982</u>	<u>48.146</u>	42.756
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente - (Banco)	(2.671)	(5.190)	(5.285)
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente - (Administradora)	(6.136)	(12.448)	(10.544)
Adições permanentes	(172)	(280)	(260)
Exclusões permanentes	510	660	(317)
Outros ajustes	(4)	(265)	(109)
Total	<u>(8.473)</u>	<u>(17.523)</u>	(16.515)
IRPJ e CSLL correntes	(9.720)	(19.826)	(18.878)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>1.247</u>	<u>2.303</u>	2.363
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(8.473)</u>	<u>(17.523)</u>	(16.515)
Alíquota efetiva	<u>35,33%</u>	<u>36,40%</u>	38,63%

### b. Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
<b>Adições temporárias</b>				
PCLD	4.923	10.777	(9.843)	5.857
Rendas Diferidas	462	6.184	(6.080)	566
Rendas de garantias financeiras prestadas	-	11	(2)	9
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	-	193	(193)	-
Provisão para contingências	80	90	(23)	147
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	6.028	3.673	(991)	8.710
Provisão para pagamento de devedores diversos	882	48	(930)	-
Provisão para comissões	1.535	14.000	(14.286)	1.249
Provisão s/garantias financeiras prestadas	-	11	-	11
Marcação a mercado	-	10	(8)	2
Desvalorização de outros valores e bens	-	1	-	1
Outros	837	1.894	(2.172)	559
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	<u>14.747</u>	<u>36.892</u>	<u>(34.528)</u>	<u>17.111</u>

	Saldo em 01/01/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
<b>Adições temporárias</b>				
PCLD	5.857	16.584	(15.142)	7.299
Rendas Diferidas	566	6.437	(6.591)	412
Rendas de garantias financeiras prestadas	9	-	(9)	-
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	-	193	(193)	-
Provisão para contingências	147	77	(3)	221
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.710	1.496	(1.901)	8.305
Provisão para comissões	1.249	10.718	(10.341)	1.626
Provisão s/garantias financeiras prestadas	11	-	(11)	-
Marcação a mercado	2	2	(4)	-
Outros	560	2.459	(1.469)	1.550
	<u>17.111</u>	<u>37.966</u>	<u>(35.664)</u>	<u>19.413</u>
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	<u>17.111</u>	<u>37.966</u>	<u>(35.664)</u>	<u>19.413</u>

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano de realização	2018
2018	8.990
2019	4.216
2020	2.831
2021	1.688
2022	1.688
<b>Total</b>	<u>19.413</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação no Banco de 6,51% a.a., no montante de R\$ 7.041 (R\$ 5.170 em 2016 à taxa de 11,54%) e na Administradora à taxa média de o custo de capital de 12,2% a.a., no montante de R\$ 7.607 (R\$5.628 em 2016 à taxa de 15%), com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

## 20 **Receitas de prestação de serviços - Randon Administradora de Consórcios**

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,76% (14,76% em 31 de dezembro de 2016) sobre o valor da referida contribuição.

## 21 Outras despesas administrativas

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissões sobre vendas	25.888	48.061	41.860
Serviços de terceiros	3.570	7.012	6.446
Despesas de promoções e relações públicas	4.588	5.830	2.990
Propaganda e publicidade	2.197	4.581	2.272
Outras despesas administrativas	2.159	4.159	3.794
Perdas com empréstimos a grupos	1.761	3.399	2.427
Participação dos empregados	860	2.552	2.000
Manutenção e conservação de bens	720	1.580	1.738
Despesas de processamento de dados	726	1.266	1.185
Despesas de serviços técnicos especializados	657	1.362	1.346
Despesas de viagem no país	676	1.138	1.166
	<b>43.802</b>	<b>80.940</b>	67.224
Total	<b>43.802</b>	<b>80.940</b>	67.224

## 22 Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2017		2016
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisões operacionais	2.726	2.734	460
Multa e juros recebidos	546	1.749	1.852
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	731	1.009	930
Variações monetárias ativas	274	962	775
Outras receitas operacionais	286	725	425
Receita de equalização de taxa BNDES PSI2012/09	28	82	118
	<b>4.591</b>	<b>7.261</b>	4.560
Total outras receitas operacionais	<b>4.591</b>	<b>7.261</b>	4.560
Provisão perda empréstimos a grupos	(316)	(1.343)	(7.888)
Despesas com provisões operacionais	(115)	(385)	(607)
Outras despesas eventuais	(224)	(269)	(400)
Despesas com processos judiciais	(2)	(13)	(13)
Outras despesas operacionais	(1)	(6)	(35)
	<b>(658)</b>	<b>(2.016)</b>	(8.943)
Total outras despesas operacionais	<b>(658)</b>	<b>(2.016)</b>	(8.943)

## 23 Transações com partes relacionadas

### a. Transações e saldos

	Ativo		Passivo							
	Outros créditos		Fornecedores		Depósitos a prazo		Dívida Subordinada		Bônus por financiamento (*)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Randon S.A.										
Implementos e Participações Randon Implementos para O Transporte Ltda	-	-	(27)	(2)	(56.458)	(18.159)	(94.687)	(86.120)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda	-	-	-	-	(1.708)	(3.789)	-	-	-	-
Empresas do Grupo Randon	301	452	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	(916)	(1.257)
	<u>301</u>	<u>452</u>	<u>(27)</u>	<u>(2)</u>	<u>(58.166)</u>	<u>(21.948)</u>	<u>(94.687)</u>	<u>(86.120)</u>	<u>(916)</u>	<u>(1.257)</u>
	<b>Resultado</b>									
	Despesa					Receita				
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Administrativas		Bônus por financiamento		Prestação de serviços	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Randon S.A. Implementos e Participações	(1.679)	(859)	(8.567)	(10.590)	(4.801)	(4.583)	-	-	71	37
Randon Administradora de Consórcios Ltda	-	-	-	-	(42)	(29)	-	-	-	11
Randon Implementos para O Transporte Ltda	(139)	(179)	-	-	-	-	-	-	2	11
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
RAR Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda	-	-	-	-	(171)	(170)	-	-	1	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	-	-	-	-	(4)	(3)	-	-	1	-
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas do Grupo Randon	-	-	-	-	-	(4)	14.640	13.479	-	-
	<u>(1.818)</u>	<u>(1.038)</u>	<u>(8.567)</u>	<u>(10.590)</u>	<u>(5.019)</u>	<u>(4.789)</u>	<u>14.640</u>	<u>13.479</u>	<u>77</u>	<u>61</u>

(\*) Refere-se a equalização de taxa pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (*Floor Plan*), CDC (Nota 17).

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados, que não são comparáveis as demais transações de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, os grupos de consórcios possuíam saldo de adiantamento a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações, no valor de R\$ 1.685, vide nota explicativa 8 e 15. A Randon S.A. Implementos e Participações (controladora) possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 29.210 (R\$ 24.215 em 31 de dezembro de 2016).

**b. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 2.072 (R\$ 1.806 em 2016), referente à benefícios de curto prazo, e R\$ 32 (R\$ 30 em 2016), referente a benefícios de longo prazo na administradora.

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

**24 Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não haviam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

**25 Limite operacional (Acordo da Basileia)**

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Atualmente no Brasil o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 9,25% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), decaindo gradualmente até 8% em 2019. Em contrapartida, a partir do primeiro trimestre de 2016 as normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACP Conservação, ACP Contracíclico e ACP Sistêmico que, em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial para 31 de dezembro de 2017 é de 34,12% apurado conforme Circular nº. 3.678/13 do BACEN. (32,37% em 31 de dezembro de 2016).

**26 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital**

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez utilizadas pelo Banco. As descrições completas destas estruturas, assim como informações relativas à Razão de Alavancagem e Adicional de Capital Principal encontram-se disponíveis para consulta no Relatório de Gerenciamento de Riscos, disponível no endereço eletrônico [www.bancorandon.com.br](http://www.bancorandon.com.br).

### **Risco de crédito**

O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

### **Risco operacional**

A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional.

### **Risco de liquidez**

A Resolução CMN nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

### **Gerenciamento do capital**

O gerenciamento de Capital conforme Resolução CMN nº 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

## **27 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto pois, conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas do Grupo Randon.

O Conglomerado Prudencial reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em Novembro/2016.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2017 e foi realizada por atuários independentes.

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Presidente: Alexandre Randon  
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt  
Conselheiro: Erino Tonon

### **Diretoria**

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini  
Diretor Administrativo: Jaime Marchet  
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

### **Contadora**

Renata Elisa Zini Gil  
CRC/RS-073143/O-1